OS AGENTES MEDIADORES E OS POSSEIROS DA FAZENDA PRIMAVERA – SP: CONTRIBUIÇÕES DO IAJES E DA CPT*

BORGES, Maria Celma**

Introdução

Pensar a luta pela terra na história da questão agrária brasileira implica repensar as ações envoltas em torno de movimentos, associações, entidades de classe, organizações religiosas, sociais, entre outras representações, as quais são fundamentais no processo de lutas. Bem por isso, o objetivo deste texto é discutir como se deu a luta pela terra de trabalho dos camponeses sem-terra, da fazenda Primavera, em Andradina-SP, nos anos de 1980, com enfoque para as práticas de alguns agentes mediadores. Para tanto, trabalharemos partes de uma entrevista realizada com um dos membros da Comissão Pastoral da Terra na época e artigos de jornais, encontrados no acervo do Instituto Administrativo Jesus Bom Pastor "João Carlos Oliveri" (IAJES)¹, instituição que contribuiu, desde fins de 1960 até o início de 1990, para a luta da Primavera. Ao mesmo tempo o IAJES foi lugar de construção da história e da memória de outras práticas dos sujeitos do campo e cidade, especialmente por fomentar e aglutinar ações voltadas para a educação popular nos seus mais diversos lugares. Na tentativa de apreender sujeitos e agentes mediadores, ao final trabalhamos os conceitos de objetividade e subjetividade, na perspectiva de Paulo Freire, por entendermos que os homens e mulheres se constroem nas dimensões objetivas e subjetivas da vida.

Saberes dos Sem-terra na História da Questão Agrária em Andradina –SP: Contribuições do IAJES e da CPT

Mariana Esteves de Oliveira (2006), ao discutir as atividades desenvolvidas pelo IAJES visando explicitar a importância desse instituto para a organização dos movimentos populares na região de Andradina, de fins dos anos de 1960 ao início de 1990, chamou a atenção para o modo como essa entidade foi desenvolvendo as suas ações

---

* Este texto origina-se do projeto de pesquisa: "Entre o campo e a cidade: práticas e representações sociais nas vozes das pessoas comuns da região do Alto Paraná", desenvolvido no curso de História, CPTL/UFMS, com o apoio da PROPP/UFMS.

** Professora Adjunto do curso de História, CPTL/UFMS, e-mail: celmaevitor@ibest.com.br

¹ Cabe observar que esse acervo se encontra no Núcleo de Documentação Histórica, do curso de História, Três Lagoas, na UFMS, desde o ano de 2006.

intimamente ligadas à problemática da “[...] conscientização sociopolítica na periferia da cidade junto com esses movimentos populares, bastante atuantes e interligados entre si, através do que chamou de educação popular libertadora”².

As suas práticas, como se depreende da documentação e como salienta esta autora estavam voltadas também para o campo, na medida em que encontramos em seu acervo uma série de documentos que tratam da questão agrária na região. O IAJES, desse modo, esteve presente, de forma atuante, no universo de lutas dos homens e mulheres pobres da cidade e do campo de Andradina e demais cidades da região do Alto Paraná.

Como salientamos em outro texto (BORGES; CARMO, 2009), foi nesse universo de conflitos sociais, marcado pela concentração da terra e do poder político e econômico, de um lado e, conseqüentemente, pela exclusão de grande parcela dos pobres da terra – do campo e cidade - que a questão agrária e, nela, a diversidade de agentes sociais envolvidos: os atingidos por barragens, bóias-frias, ex-arrendatários, posseiros, trabalhadores das periferias da cidade, desempregados, entre outros sujeitos, encontraram espaço para expor as suas práticas de luta e buscar, então, o amparo nas ações desta instituição bastante inspirada na Teologia da Libertação, contando com a participação de agentes da Comissão Pastoral da terra (CPT).

A participação da ala progressista da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Pastoral da Terra, desde a década de 1970, apresentou-se como fundamental no apoio e fortalecimento das lutas de enfrentamento pelos campos e espaço urbano de Andradina e região. Afora as fontes que relacionamos neste texto, isto também foi possível encontrar no relato de Renée Parren, agente da CPT no momento em foco e, no presente, membro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), ao narrar o modo como foi se dando a luta pela terra na fazenda Primavera, desenhada num tempo anterior às ações dessa Comissão na região. Desse modo, como agente mediadora, a CPT viria fortalecer uma luta que era latente desde os anos de 1930 e 1940 na região:

E a nossa luta pela terra começou antes do nascimento do Sem Terra. [...] aqui na região a luta pela terra existe antes até mesmo da CPT, a Comissão Pastoral da Terra na região. A Comissão Pastoral da Terra nasceu aqui em 79. Nós já estávamos

---

² Texto elaborado por Mariana Esteves de Oliveira para a apresentação do IAJES, na página do Laboratório Núcleo de Documentação Histórica, CPTL/UFMS, publicado no site www.cptl.ufms.br.

trabalhando na luta de acampamento na Primavera. E a luta na Primavera a gente começou em 77. Antes os trabalhadores da Primavera já tava lutando aí se defendendo contra as arbitrariedades do Abdala. E aí naquele tempo a Igreja foi confrontar essa realidade, esse sofrimento, essas pressões em cima dos trabalhadores dessa ala ali, da Gleba da Fazenda Primavera. Então a Igreja viu, o sindicato também, a pastoral daquele tempo. Em que nas comunidades rurais tinha um companheiro meu, que não está mais hoje em Andradina, ele está trabalhando hoje em Goiás. Ele atendia lá as comunidades rurais, da fazenda Primavera, e ele viu toda aquela angústia do pessoal, das famílias que vieram do Norte do país, desde os anos de 39, 40 que vieram as primeiras famílias. Eles que foram plantando ali, até que veio o J.J Abdala e grilou aquilo ali, a área da fazenda Primavera, uma área grande, e que foi exercendo uma pressão sobre os trabalhadores, obrigou ele a pagar a renda. Ele se dizia proprietário da área, e outras pressões aí. Varias vezes ele efetuou mandatos de despejos também. Muitas famílias saíram dali. Eles viveram ali muitas vezes com medo do gado invadir a roça deles. E a igreja acompanhou a todas essas humilhações e pressões e tomou a posição de ficar do lado dos trabalhadores. Foi então em 1977 que decidimos ir contrário a essa briga, e formamos uma equipe de trinta pessoas. Naquele tempo tínhamos aqui em Andradina uma igreja mais comprometida, mais do que hoje, e nós tínhamos um trabalho na cidade que outros companheiros faziam, e as diretorias das cidades. E naquele tempo as comunidades cresciam demais, e nós tínhamos ao mesmo tempo ainda o trabalho rural.

Dando continuidade ao seu relato, Renée observou ainda que:

[...] na medida em que os trabalhadores foram se organizando, a fazenda foi reagindo ainda mais, foram trancadas porteiras de fazendas, foram jogados gados nas roças, ameaças, despejos, colocou jagunços também, pistoleiros, foi um clima bastante tenso. Nós fizemos muitas articulações com a sociedade, e a igreja foi fundamental nessa luta, o apoio da igreja, da Diocese.

Sobre o histórico de violências a demarcar as ações de J. J. Abdalla contra os camponeses posseiros da Primavera o artigo de jornal, encontrado no acervo do IAJES, intitulado “Rubens estranha porteiras na fazenda Primavera” (s/d e sem referência de fonte) explicita as considerações de Renée ao destacar o processo de lutas na fazenda Primavera, observando que: “Na Fazenda Primavera, 300 famílias estão residindo, muitas há mais de 40 anos, mas somente agora foram submetidas a uma fiscalização rigorosa, exigindo o percentual de usas produções para que sejam caracterizados como arrendatários”. Mas, conforme essa matéria até mesmo um caminhão de amendoim obtido entre 23 lavradores, por Juarez Olimpio da Silva e Amaro Francisco de Souza, não pode sair da propriedade em vista da liminar de posse concedida pelo juiz em favor do fazendeiro.

Essa matéria também chamou a atenção para o fechamento das porteiras a mando do fazendeiro, como narrou o representante da CPT: “Atualmente existem 4

porteiros regulando a passagem na Fazenda Primavera, enquanto alguns posseiros salientam que duas delas foram colocadas irregularmente, pois bloqueiam estradas municipais”.

Contando esse histórico, Renée observou que foram as várias lutas dos agentes da igreja católica - envolvidos com os problemas sociais - , a exemplo dos participantes do IAJES, que contribuíram para que a CPT nascesse, em 1979, na região de Andradina e, em seguida, fora a CPT que, em suas palavras, “ajudou a criar o Movimento dos Sem Terra, tanto que em Andradina foi feito o primeiro Encontro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, se não me engano dia 24, na igreja Nossa Senhora das Graças”.

A luta por uma nova sociedade apresentava-se como uma ação e um desejo passíveis de serem apreendidos já nas práticas embrionárias dos camponeses da fazenda Primavera. Importa, neste texto, apontar para alguns indícios de construção desses saberes, na medida em que, como se depreende dos autores que discutem a região, como Maria Esther Fernandes (1985), foi a luta dos posseiros da fazenda Primavera o berço de nascimento do MST no estado de São Paulo.

Maria Ester Fernandes (1985, p.15), ao estudar a resistência dos posseiros da fazenda Primavera, observou que a desapropriação das terras para o assentamento, deu-se por meio de decreto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 08 de julho de 1980, envolvendo uma área de 9.595,3 hectares, onde seriam assentadas trezentos e trinta famílias.

Esta autora, utilizando-se dos relatos dos próprios posseiros, também chamou a atenção para a importância da igreja católica no acompanhamento das ações da Primavera. Segundo um dos seus entrevistados: “A igreja nos abençoou e nos deu força total. Força que não tínhamos. Foi um sindicato pra nós. Telefone, papel, comida.” (1985, p.55)

Sobre o assentamento das famílias, nos contou Fernandes que:

Visando regularizar as ocupações desordenadas existentes e assentar novos parceiros, foi aprovado pelo conselho do Incra, em meados de 1981, ‘O Projeto de Assentamento da Fazenda Primavera’. Para isso foram realizados os serviços de mediação e demarcação topográfica da Fazenda, resultando 304 parcelas rurais, cujas áreas variam de 15,0 ha. a 45,0ha. (1985, p. 67)

Mas, como se depreendeu da documentação encontrada no IAJES, particularmente os recortes de jornais que apresentavam o caso da Primavera, os problemas vividos pelos camponeses posseiros não se limitavam ao acesso a terra, já que inúmeras

outras demandas adviriam desse primeiro passo. Uma delas pode ser encontrada na denúncia da inexistência de lotes suficientes para atender a todos os que reivindicavam a terra. Daí o movimento da Primavera ser o precursor do processo de lutas no estado de São Paulo, por desnudar a concentração da terra e do poder nas mãos de alguns poucos, e ao mesmo tempo evidenciar ainda a força advinda da união de homens e mulheres em ações vivenciadas a partir de uma causa comum: a luta pela terra de trabalho.

Um artigo publicado no Jornal da Região (JR) “Bóias-frias querem terra da Primavera”, encontrado nesse acervo, desnuda as práticas dos posseiros da Primavera se irradiando pelas localidades próximas, ao destacar que:

Mais de 200 ‘bóias-frias’ das periferias de Castilho, Andradina, Murutinga do Sul, Nova Independência e Pereira Barreto estão reivindicando do INCRA, a posse de terras na distribuição da gleba de 5 mil alqueires da Fazenda Primavera, no município de Andradina, que foi desapropriada em meados do ano passado através de decreto presidencial que visava acabar com o conflito social criado entre J. J. Abdalla e 300 famílias de posseiros. (JR, 23/06/81)

Desse modo, é interessante perceber que, ao invés de resolver o conflito, “sufoca-lo” como supunham algumas representações políticas regionais, o ato de desapropriação da terra acabou por contribuir para o fortalecimento do processo de lutas. Fora, então, as práticas dos posseiros da Fazenda Primavera o pólo aglutinador de ações outras que desnudariam o desejo do roçado, ou em outras palavras, da conquista da “terra de trabalho”. Por ela, valeria a pena continuar lutando, negando a condição de “bóia-fria” e reafirmando a de sujeitos de direitos historicamente usurpados e que naquele contexto reivindicavam esses direitos, denunciando a sua usurpação. Essa questão nos faz lembrar as considerações de José de Souza Martins, ao estudar as populações indígenas e camponesas e sabiamente assinalar que: “se o direito é construído sobre o torto, sobre a usurpação do direito do outro, desvenda para o outro o seu direito”. (1988, p.11)

A “Terra de Trabalho” e a Dinamicidade das Lutas Camponesas

A leitura do camponês como a figura do atraso, encontrada em parte da historiografia brasileira, buscou edificar na história da questão agrária brasileira, desde as primeiras décadas do século XX, a imagem dos pobres da terra como incapazes de fazer a sua própria história, numa tentativa de anulação de seus saberes, à medida que

representados, por exemplo, na imagem do “jeca tatu”. Monteiro Lobato sem que talvez o soubesse contribuiu fundamentalmente para a fabricação desse estereótipo.

Se essa representação encontrou espaço desde o século passado na produção historiográfica, não permaneceu somente naquele século, nem mesmo exclusivamente no interior da academia. Afirmamos isso face ao fato de que uma das premissas para essa interpretação pode ser encontrada, contraditoriamente, nos cursos de formação do Movimento Sem Terra ainda no tempo presente, a exemplo da utilização do trabalho de Clodomir de Moraes³ “Elementos sobre a teoria da organização no campo”, para se discutir os valores do campesinato.

Este autor, ao ter como referência a perspectiva de que o desnudamento do conflito entre o capital e o trabalho faz emergir a consciência política, resultando na constituição da “consciência de classe”, compreende os operários, trabalhadores das fábricas e indústrias, como os mais capacitados para esse decifrar, visto que o seu cotidiano propicia situações diretas de conflito entre capital e trabalho.

Otávio Ianni, referindo-se ao período pós-1945, anterior à Clodomir de Moraes, já nos anos de 1960, contribuía para essa tese ao afirmar que no meio urbano aumentava o contingente de trabalhadores “sem qualquer tradição política”, por terem o horizonte cultural marcado por valores e padrões do mundo rural. No mundo rural, conforme o autor:

[...] predominam formas patrimoniais ou comunitárias de organização de poder, da liderança e da submissão, etc. Em particular, o universo social e cultural do trabalhador agrícola (sitiente, parceiro, colono, camarada, agregado, peão, volante, etc) está delimitado pela religião, a violência e o conformismo, como soluções tradicionais. Esse horizonte cultural modifica-se na cidade, na indústria, mas de modo lento, parcial e contraditório. (1968, p.57)

Por essa leitura, seria em meio ao mundo da produção – das fábricas e indústrias - que adviria a consciência transformadora e a inversão dos valores tradicionais. Daí, por essa compreensão, o campesinato não estar preparado para a “revolução”, visto não vivenciar as condições objetivas do confronto entre o capital e o trabalho.

---

³Nesse aspecto, ver: o Capítulo III, intitulado: “Vícios (ou desvios ideológicos) determinados pelas formas artesanais de trabalho”, em que esse autor expõe o que considera como limites do campesinato.

Na contramão dessa interpretação, semelhante às lutas no Pontal do Paranapanema (BORGES, 2010), dimensões da importância da “terra de trabalho”⁴ e desejos de “transformação social” foram sendo vivenciadas por meio das ações das pessoas comuns e dos agentes mediadores, a exemplo dos posseiros da Primavera, nas práticas cotidianas para a conquista da terra e para nela permanecer, ainda que diante de inúmeras dificuldades enfrentadas nessa trama histórica. Nesse ponto, fez-se necessário repensar a afirmativa de inexistência dos saberes camponeses devido o processo de expropriação a que foram sujeitos.

Na análise das fontes encontradas no IAJES é perceptível o fato de que a luta se fundamentou, desde o início das ações no oeste paulista, no desejo da conquista de um lugar em que a família pudesse ser gerida pela “terra de trabalho”, estando em jogo a continuidade da vida pela defesa de valores e da tradição camponesa. Assim, contrariamente à tese do “atraso”, os valores da cultura camponesa não implicaram o conservadorismo, ao contrário, já que reveladores de práticas que inverteram a tradição centrada na manutenção da ordem e da violência, por meio do latifúndio, ao colocarem em prática ações transformadoras por todo o território brasileiro.

As considerações de Klauss Woortman são bastante sugestivas para se pensar a questão do novo e do velho amalgamados na compreensão da vida camponesa. Conforme esse autor: “[...] o apego à tradição pode ser o meio de sobreviver à grande transformação: manter-se como produtor familiar em meio ao processo mais geral de proletarização ou de empobrecimento. A tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro”. (1990, p.17)

A ocupação de terras e a teimosia em nelas permanecer, a exemplo da fazenda Primavera, foi (e é) uma evidência da inversão do direito clássico, fundamentado sob a desigualdade. Desse modo, terra, família e trabalho puderam ser compreendidos como uma tríade a explicitar o sonho de realização plena da cultura camponesa. O saber da “terra de trabalho” encontrou fundamento no que os homens e mulheres que lutaram pela terra consideraram (e consideram) um direito moral e costumeiro: o solo para a produção de

---

⁴Sobre o conceito de “terra de trabalho”, é necessário pensar a reflexão estabelecida no documento “Igreja e Problemas da Terra”, produzido pela CNBB (1980). Nesse documento, José de Souza Martins, ao assessorar a CNBB, faz uma distinção entre a “terra de trabalho” e a “terra de negócio”, salientando, já naquele momento, que ao homem do campo importava fundamentalmente a terra enquanto espaço mantenedor da vida pela possibilidade de nela trabalhar, criar os filhos, sustentar a família.

alimentos e o sustento da família. A terra passa a ser compreendida, então, como o sinônimo da liberdade.

A luta para a conquista da terra e o horizonte da conquista, por esse ângulo, foi o que alimentou a permanência na condição de sem-terra, unificando as práticas e dando vida às organizações forjadas no processo de lutas. Lutas que ocorreram (e ocorrem), mormente, por entenderem que a continuidade na terra dar-se-ia a partir daquilo que conseguissem edificar. Isto é possível apreender no IAJES, por esta instituição ter sido aglutinadora desse histórico, ao ser lugar em que as inúmeras fontes (boletins, cadernos, imagens, folders, entre outros) eram organizadas, também confeccionadas, num mosaico de ações que, em parte, vem sendo descobertas ao se ter acesso a essa documentação. Tais fontes tornam-se fundamentais por chamar a atenção para o quanto de desafios foram vivenciados por todo o percurso, mas ao mesmo tempo para as vitórias advindas, ao evidenciar as práticas se esparramando pela região do Alto Paraná e por outras localidades de nosso país e mesmo da América Latina.

Dessa maneira, e por essas fontes, os saberes do campesinato podem ser compreendidos mais como frutos que se constroem no desejo da terra de trabalho do que pelo saber emanado de um ideário de conservadorismo. Daí o Movimento Sem Terra, em Andradina-SP, semelhante aos sujeitos sem-terra (acampados e assentados) dos inúmeros lugares em que esse movimento despontou pelo Brasil em fins dos anos de 1970 e, especialmente na década de 1980, poder ter encontrado o seu fundamento nas “ações concretas” dos homens, mulheres e crianças em seu cotidiano e em outros lugares de produção da vida.

As palavras de ordem que brotaram no início do Movimento Sem Terra, no cenário nacional, bastante fundamentadas no caráter religioso, a exemplo do lema “Terra de Deus, terra de irmãos”, evidenciam - para além, exclusivamente, da teologia cristã -, o desejo da conquista de um lugar em que a “morada da vida” possa ser edificada, em que o mato não chegue aos quintais, em que o gado tenha nome e não números, e em que a roça possa ser semeada e colhida, com bem expressou o lema “terra para quem nela trabalha”, de início dos anos de 1980.

Assim, a percepção de ser sem-terra, a consciência dessa condição, semelhante ao que sugere E. P Thompson (1981) para se pensar o operariado inglês no contexto da

Revolução Industrial, desenhara-se no “fazer-se” movimento, ou em outras palavras, na experiência vivida por homens e mulheres reais, em meio às situações concretas, em meio à opressão, mas também à resistência, contando ainda com a contribuição desses agentes mediadores. Nesse processo de se constituírem como sujeitos de direitos que os movimentos de luta pela terra em Andradina-SP, - similar aos que ocorrem, ainda hoje, pelos vários rincões de nosso país -, iam se dando, forjando-se nas ações cotidianas, na educação popular em espaços como o IAJES e a CPT, construindo práticas e reconstruindo processos, transformando lutas isoladas em um movimento social que mais tarde atingiria o caráter nacional.

Nesse “fazer-se”, os posseiros da Primavera, mais adiante da Timboré, da São Joaquim, entre outros, foram se encontrando em meio a um movimento mais amplo, que tomava forma num contexto de abertura política e de emergência dos novos movimentos sociais pelo campo e cidade, principalmente a partir da década de 1980. Não se trata, então, de “níveis de consciência superior ou inferior” que parte de indivíduos isolados – ou de “seres pensantes”, da “vanguarda” -, mas de posições comuns e coletivas, que foram sendo delineadas e determinadas no processo de lutas, na junção entre o novo e o velho, na cultura e na política, na economia e na religiosidade, afora outras dimensões da vida e do trabalho.

Objetividade e Subjetividade: Ser Indivíduo e Coletivo Amalgamados na Luta Pela Terra de Trabalho

Paulo Freire, discorrendo sobre a pedagogia da indignação, em sua “Segunda carta do direito e do dever de mudar o mundo”, teceu considerações importantes para a compreensão da objetividade e da subjetividade como delimitadoras do processo de lutas camponesas, a exemplo dos posseiros da Primavera. Suas considerações contribuem para pensarmos os movimentos sociais no campo, os agentes mediadores, e os sujeitos neles imersos. Salientou esse educador que:

Se não é possível desconhecer, de um lado, que é nas condições materiais da sociedade que se gestam a luta e as transformações políticas, não é possível, de outro, negar a importância fundamental da subjetividade na história. Nem a subjetividade faz, *todopoderosamente*, a objetividade, nem esta perfila, inapelavelmente, a subjetividade. Para mim, não é possível falar de subjetividade a não ser compreendida em sua dialética relação com a objetividade. (2000, p.57) (grifo do autor)

Tomando como referência as considerações de Freire na leitura da objetividade e subjetividade, numa perspectiva dialética, é possível perceber o desejo da terra de trabalho – do roçado –, se aliando ao desejo da transformação social – de uma nova sociedade – como propunham as ações do IAJES e da CPT, nas diferentes frentes de luta.

Leonardo Boff (1999), também observou que se faz necessário apreender o homem na sua completude, entendendo não haver um ser econômico, um ser social, um ser político, um ser cultural, como elementos dissociados, como se fosse possível separá-lo das múltiplas possibilidades e potencialidades da vida. Por compor-se dessa completude, dessa interrelação, o sujeito apresenta a sua complexidade. Por vezes, fragmenta-se em vista das formas de resistência que vão sendo desenhadas para a continuidade da vida, mas essa fragmentação aparente pode carregar uma expressão daquele que se acomoda e ao mesmo tempo resiste.

Marilena Chaui já discutia essa questão nos idos dos anos 1980, ao observar que:

Em decorrência do verde-amarelismo, dos populismos, do autoritarismo paternalista, frequentemente encontramos no Brasil uma atitude ambivalente e dicotômica diante do popular. Este é encarado ora como ignorância, ora como saber autêntico; ora como atraso, ora como fonte de emancipação. Talvez seja mais interessante considerá-lo ambíguo, tecido de ignorância e de saber, de atraso e de desejo de emancipação, capaz de conformismo ao resistir, capaz de resistência ao se conformar. Ambigüidade que o determina radicalmente como lógica e prática que se desenvolvem sob a dominação.(1986, p.124)

Enquanto seres ambíguos e, mais que ambíguos, contraditórios, entendemos que há uma inviabilidade para a cristalização de interpretações que, quando impostas como explicativo único para as potencialidades da história, apresentam-se mais como camisa-de-força do que possibilidade para a compreensão da ação humana enquanto instrumento de libertação.

Desse modo, a dimensão dos valores e dos saberes populares do campo sinalizam ainda para o entendimento de que se há a ambigüidade, ela não pode, por outro lado, ser justificadora da violência, a exemplo do que faz o latifúndio nas suas diversas vertentes: da terra, da saúde, da educação, dos meios de comunicação, dentre outras. Percebe-se essa preocupação na organização da luta pela terra em Andradina, desde o seu nascedouro, ao ter consigo a representação da luta pela terra, mais tarde dos sem-terra, por

meio do MST, e ao enfatizar a necessidade de denúncias das condições de vida e de trabalho em que se encontrava a maior parte da população, e realizá-las na prática, por ações que se tornaram também representações de sua história, a exemplo das marchas, ocupações, congressos, exposições, entre outras.

Tais considerações encaminham à tese de uma simbiose entre objetividades e subjetividades, sugerindo que o empírico é sempre produto do ser humano, construído em tempo e história vividos pelos homens e mulheres em meio às contradições. O MST e os diferentes sujeitos a construí-lo evidenciam essa questão, levando à percepção de que as experiências vivenciadas pelos seus agentes, mostram-se mais ricas do que, por vezes, expressara parte da teoria do próprio Movimento (a exemplo de Clodomir de Moraes).

Nesta reflexão sobre os saberes e a educação popular, a partir de fontes do IAJES e de uma entrevista, as quais trataram especificamente das lutas dos posseiros da Primavera, as considerações de Paulo Freire tornam-se novamente fundamentais para se compreender o entrelaçar da subjetividade e da objetividade, do sujeito e do objeto:

Aqui nós tocamos em um dos problemas fundamentais que sempre preocupou a filosofia e, de modo especial, a filosofia moderna. Refiro-me à questão das relações entre o sujeito e objeto; consciência e realidade; pensamento e ser; teoria e prática. Toda a tentativa de compreensão de tais relações que se funde no dualismo sujeito-objeto, negando assim a *unidade dialética* que há entre eles, é incapaz de explicar, de forma consistente, aquelas relações. Rompendo a *unidade dialética* sujeito-objeto, a visão dualista implica na negação ora da objetividade, submetendo-a aos poderes de uma consciência que a criaria a seu gosto, ora na negação da realidade da consciência, transformada, desta forma, em mera cópia da objetividade. Na primeira hipótese, caímos no erro subjetivista ou psicologista, expressão de um idealismo antidialético pré-hegeliano; na segunda, nos filiamos ao objetivismo mecanicista, igualmente antidialético. Na verdade, nem a consciência é exclusiva réplica da realidade nem está é a construção caprichosa da consciência. Somente pela compreensão da *unidade dialética* em que se encontram solidárias subjetividade e objetividade, podemos escapar ao erro subjetivista como ao erro mecanicista e, então, perceber o papel da consciência ou do ‘corpo consciente’ na transformação da realidade. (1987, p.133) (grifos do autor)

É preciso então apreender como se constituiu a incorporação e a reivindicação de direitos do ser sem-terra, por parte dos camponeses, posseiros da Primavera, mesmo depois de assentados. Se os “valores artesanais” retornam no assentamento, como afirmou Clodomir de Moraes (1986), não haveria a possibilidade de, a partir desses valores, ir compreendendo os desejos que, longe de serem a negação do saber e a legitimação dos

princípios do capital e da propriedade privada, expressariam o seu inverso: a resistência a sustentar saberes que a expropriação e a violência não conseguiram anular?

Pensando no presente, caso se efetive essa reflexão, talvez seja possível ultrapassar a denominação de “organização institucionalizada”, designada por Zander Navarro (2000) e por José de Souza Martins (2000) para se pensar o MST, na atualidade, já que uma visão centrada na direção e na militância. Afirmamos isso, por entender que o que moveu (e move) as pessoas no Movimento e em movimento, como as lutas dos camponeses da Primavera, apresenta-se mais como um misto de razão e de paixão, expressos nas condições objetivas e subjetivas da vida, do que nos interesses imediatos do capital.

A paixão, cerne da subjetividade, presente, por exemplo, na mística do Movimento e naquilo que os sem-terra carregam ao adentrarem ao MST: a esperança e o desejo de conquistar a terra. A razão, enunciadora de identidades e de alteridades, tanto para os camponeses assentados quanto para a organização, ao mostrar que se faz necessário o tempo do plantio, do cuidado com a planta, da colheita, mas também da semeadura de sonhos para aqueles que sabem ter que viver na pele as intempéries dessa condição, fazendo a opção pela entrega ao Movimento.

Gostaríamos de finalizar, recorrendo novamente a Paulo Freire, em suas últimas cartas, ao expor os “desafios da educação de adultos ante a nova reestruturação tecnológica” e afirmar a necessidade de apreensão do mundo e da consciência, do caráter objetivo e subjetivo, como construtores das ações que os homens e mulheres estabelecem sobre o mundo enquanto sujeitos de sua história. Em suas palavras:

Numa perspectiva não objetivista mecanicista nem subjetivista, mas dialética, mundo e consciência se dão, como disse Sartre, simultaneamente. A consciência do mundo engendra a consciência de mim e dos outros no mundo e com o mundo. É atuando no mundo que nos fazemos. Por isso mesmo é na inserção no mundo e não na adaptação a ele que nos tornamos seres históricos e éticos, capazes de optar, de decidir de romper. (2000, p.90)

Foi desse rompimento com o mando e do descobrimento do mundo que emergiram sujeitos históricos, fazendo brotar as ações dos posseiros da Primavera, em Andradina, tão fortemente impressas nas fontes do IAJES e nas ações da CPT nessa região. O próprio IAJES nasce dessa percepção de que é agindo sobre o mundo que podemos transformá-lo. O que tecemos neste texto foram algumas impressões, as quais necessitam ser aprofundadas em vista das marcas e vestígios deixados por homens, mulheres e crianças

numa terra quase que consagrada pelo grilo e pelo “mito do rei do gado”. Desconstruir esse mito e buscar as pessoas comuns são tarefas que já vem sendo empreendidas por alguns trabalhos de iniciação científica - e mesmo de mestrado -, a fim de demonstrar que, por essa perspectiva, importa mais o homem que o boi; a vida que a violência; mais as práticas de resistência que as de resignação. Daí a educação popular impressa nas ações dos agentes do IAJES e da CPT ter sido fundamental para fomentar as lutas dos posseiros da Primavera. Dessa luta os agentes mediadores se fortaleceram, e fortalecendo-se serviram ainda de alimento para que novas ações surgissem e para que, hoje, pudéssemos apreendê-las como exemplos de educação popular, de ensinamento e de aprendizado, não somente para a academia, mas fundamentalmente para a vida, na sua mais ampla acepção.

Referências

BOFF, L. **Saber cuidar**. Ética do humano – compaixão pela terra. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BORGES, M. C. **O desejo do roçado**: práticas e representações camponesas no Pontal do Paranapanema – SP. São Paulo: Annablume, 2010.

BORGES, M. C; CARMO, V. T. M. do. IAJES, um olhar para a sua história e para os posseiros da fazenda Primavera. In: BORGES, A. S. et. Alii (Orgs.) **O trabalho com as fontes no ensino e na pesquisa em História**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009.

CHAUÍ, M. S. **Conformismo e Resistência**. Aspectos da Cultura Popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. **Igrejas e Problemas da terra**. São Paulo: Edições Paulinas, 1980.

FERNANDES, M. E. **A Reforma Agrária no discurso dos lavradores da fazenda Primavera**. 1985. Tese (Doutorado em Comunicações e Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

FREIRE, P. **Ação Cultural para a liberdade e outros estudos**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARTINS, J. de S. **Não há terras para plantar nesse verão**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1988.

_____. **Reforma Agrária – o impossível diálogo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

MORAES, C. S. Elementos sobre a teoria da organização no Campo. **Caderno de Formação** n° 11, São Paulo, 1986.

MST. Como organizar a massa. São Paulo, **Cadernos Vermelhos**, 1991.

NAVARRO, Z. **MST: decifrar é preciso**. UFRGS, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural, Maio de 2000 . (mimeografado)

OLIVEIRA, M. E. de. **O grito abençoado da periferia**: trajetórias e contradições do IAJES e dos movimentos populares na Andradina dos anos 1980. Maringá, 2006. Dissertação de Mestrado em História – Departamento de história, Universidade Estadual de Maringá, 296 p.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

WOORTMANN, K. “Com Parente Não se Neguceia”. O Campesinato Como Ordem Moral. **Anuário Antropológico**, n.87. Brasília: Editora UnB, 1990.